

An aerial photograph of a rugged coastline. The top half shows steep, eroded cliffs with a winding path and some vegetation. Below the cliffs is a wide, sandy beach. The bottom half of the image shows the ocean with green waves breaking onto the shore. The overall scene suggests a natural, possibly protected, coastal environment.

GREENPEACE

SUMÁRIO EXECUTIVO

DESTRUIÇÃO

a toda a costa

Retrato de um litoral português em risco

JULHO 2026



SUMÁRIO EXECUTIVO

DESTRUIÇÃO a toda a costa

Retrato de um litoral português
em risco

JULHO 2026

Relatório elaborado
pela Greenpeace Portugal

Foto da capa:
Melides, Grândola (Setúbal)
© Greenpeace/Pedro Armestre

GREENPEACE

1. Introdução

Portugal tem cerca de **2.500 quilómetros de costa** entre o continente, a Madeira e os Açores. O litoral é uma das marcas mais fortes da identidade do país: é paisagem, economia, cultura, biodiversidade, fonte de alimento, espaço de lazer e de trabalho e casa de milhares de pessoas.

É também uma das zonas mais expostas aos impactos das alterações climáticas. A subida do nível do mar, a erosão costeira, o aquecimento do oceano, a intensificação dos temporais e a perda de ecossistemas naturais já estão a transformar praias, dunas, arribas, estuários, zonas húmidas, infraestruturas e comunidades.

A crise do litoral português, porém, não é apenas climática. É também uma crise de ordenamento, fiscalização e escolhas políticas. Durante décadas, construiu-se demasiado perto do mar, destruíram-se dunas, artificializaram-se margens, multiplicaram-se obras rígidas de defesa costeira, como paredões e esporões, e reposições artificiais de areia. Ao mesmo tempo, foi sendo adiada uma adaptação que já não pode esperar mais.

Hoje, a costa portuguesa está pressionada por dois avanços simultâneos: **o avanço do mar e o avanço do betão**. A emergência climática acelera a erosão, mas a forma como ocupámos e transformámos o litoral, tornou o território muito mais vulnerável.

2. Metodologia e contributos

Este relatório cruza dados científicos, informação oficial, documentação jurídica e análise territorial dos principais pontos críticos da costa portuguesa.

Foram consultadas fontes oficiais nacionais, entre as quais a Agência Portuguesa do Ambiente, a Direção-Geral do Território e o Instituto Português do Mar e da Atmosfera, bem como os Programas da Orla Costeira, outros instrumentos de gestão territorial, legislação aplicável e informação disponível sobre riscos, ocorrências e intervenções no litoral.

2.500 km DE COSTA

MAIS DE 25% DA COSTA CONTINENTAL EM RECUO

ATÉ 10% DO TERRITÓRIO COSTEIRO HABITÁVEL EM RISCO

A análise teve ainda em conta relatórios científicos portugueses e internacionais sobre alterações climáticas, subida do nível do mar, erosão costeira, aquecimento do oceano, biodiversidade marinha e riscos costeiros, incluindo informação do IPCC, Copernicus Marine Service, da Climate Central e de instituições académicas.

Foi igualmente acompanhado o que tem sido documentado pela imprensa sobre temporais, danos em infraestruturas, perda de areal, galgamentos costeiros, instabilidade de arribas, obstáculos ao acesso público e conflitos relacionados com o domínio público marítimo.

Este relatório incorpora também contributos de organizações, movimentos locais, associações e cidadãos que acompanham no terreno a evolução da costa portuguesa. Estes testemunhos ajudaram a identificar pontos críticos, dificuldades de acesso público, problemas nos processos de licenciamento, falhas de fiscalização e situações em que a realidade observada no território confirma ou agrava os riscos revelados pelos dados oficiais.

A leitura territorial foi organizada pelas seguintes regiões: Norte, Centro, Oeste e Vale do Tejo; Grande Lisboa e Península de Setúbal; Alentejo; Algarve; Madeira e Açores.

3. Alterações climáticas na costa portuguesa

As alterações climáticas atuam como um multiplicador de riscos no litoral português. A subida do nível do mar, o aquecimento do oceano e a intensificação dos eventos meteorológicos extremos aumentam a erosão, reduzem a capacidade natural de recuperação das praias e aumentam a vulnerabilidade das pessoas, das infraestruturas e dos ecossistemas.

Mais de **25% da costa continental portuguesa está em recuo**, com perdas que, em algumas zonas, podem chegar a vários metros por ano. Esta tendência é agravada pela diminuição da reposição natural de sedimentos, pela maior energia das ondas e pela **destruição de defesas naturais** como dunas, marismas e zonas húmidas.



Praia dos Careanos.

© Pedro Armestre / Greenpeace

O marégrafo de Cascais tem registado valores históricos do nível médio do mar. Ao longo do século XX, o nível médio do mar ali registado subiu **9,5 centímetros**, confirmando que a subida do mar não é uma ameaça distante: já está a acontecer.

Os temporais recentes tornaram esta realidade ainda mais evidente. O inverno de 2025-2026 provocou erosão acumulada, perda súbita de areia, destruição de acessos, danos em estruturas de proteção, instabilidade de arribas e impactos diretos em praias, frentes urbanas e infraestruturas.

A crise climática acelera o risco. Mas os seus impactos são muito mais graves onde a costa foi artificializada, ocupada e enfraquecida por décadas de construção, pressão turística e mau ordenamento.

O MAR JÁ SUBIU



Zonas costeiras sujeitas a erosão. Fonte: APA, 2022

4. Artificialização da costa e soluções temporárias

A costa portuguesa sempre foi dinâmica. Praias, dunas, arribas e estuários mudam naturalmente ao longo do tempo. O problema é que o país ocupou muitos destes espaços como se fossem fixos e permanentes.

A construção em zonas sensíveis, a impermeabilização de solos, a destruição de dunas, a alteração dos cursos fluviais, a retenção de sedimentos por barragens, a expansão turística e a artificialização da linha de costa reduziram a capacidade natural do litoral para se adaptar.

**MAIS AREIA NÃO RESOLVE.
A ALIMENTAÇÃO ARTIFICIAL
GANHA TEMPO MAS NÃO
ELIMINA A EROÇÃO**

A alimentação artificial de praias tornou-se uma das respostas mais usadas contra a erosão. Em situações específicas pode ser necessária, sobretudo para ganhar tempo ou proteger comunidades em risco imediato. Mas não pode continuar a ser tratada como solução estrutural.

Em vários locais, a areia reposta é rapidamente removida pelos temporais seguintes. O resultado é um ciclo caro e frágil: repõe-se areia, o mar volta a levá-la, e a vulnerabilidade mantém-se.

A costa portuguesa não precisa apenas de mais areia. Precisa de menos exposição ao risco, melhor ordenamento, recuperação dos sistemas naturais e decisões tomadas antes dos próximos temporais.

5. Biodiversidade e defesas naturais

A destruição da costa é também uma crise ecológica. Dunas, sapais, marismas, estuários, pradarias marinhas, florestas de kelp, recifes de coral negro e zonas húmidas não são apenas paisagem. São defesas naturais.

Estes ecossistemas reduzem a força das ondas, amortecem inundações, armazenam carbono, filtram água, abrigam espécies e sustentam atividades como a pesca e o marisqueio. Quando desaparecem ou se degradam, a costa perde proteção e as comunidades ficam mais expostas.

A degradação dos sistemas dunares é especialmente preocupante. Em várias zonas do país, dunas fragilizadas, interrompidas ou ocupadas já não conseguem cumprir a sua função natural de barreira. O mesmo acontece com zonas húmidas e marismas, fundamentais para absorver cheias, reduzir intrusão salina e proteger biodiversidade.

A crise do litoral não é, por isso, apenas uma crise de praias. É uma crise dos sistemas naturais que permitem que a costa resista, regenere e proteja quem vive junto ao mar.

**A NATUREZA É A PRIMEIRA DEFESA
DA COSTA. DUNAS, MARISMAS E
PRADARIAS MARINHAS AMORTECEM
ONDAS E INUNDAÇÕES**

6. Regime jurídico da gestão e proteção da orla costeira

O problema da costa portuguesa não é a ausência de leis. A sua proteção está prevista em vários diplomas e instrumentos, entre os quais a Constituição da República Portuguesa, a Lei de Bases do Clima, Lei da Água, a Lei da Titularidade dos Recursos Hídricos, os Programas da Orla Costeira, a Reserva Ecológica Nacional, a Rede Natura 2000, a avaliação de impacto ambiental, avaliação ambiental estratégica e os planos municipais de ordenamento do território.

No papel, existem instrumentos para proteger a costa, limitar ou proibir atividades e construções incompatíveis com o risco, defender ecossistemas, preservar o domínio público marítimo e impedir que decisões urbanísticas aumentem a exposição de pessoas e bens.

O problema está na distância entre a proteção prevista no papel e aquela que é, efetivamente, assegurada no território.

As responsabilidades estão repartidas por diferentes regimes, entidades e escalas de decisão. A articulação entre Governo, a Agência Portuguesa do Ambiente, as CCDR, o ICNF, os municípios, a Autoridade Marítima e outros organismos é muitas vezes lenta, fragmentada ou pouco eficaz.

É aqui que o sistema falha: planos desatualizados, cartografia de risco que nem sempre é integrada, fiscalização tardia, licenciamentos que não refletem devidamente a realidade climática e a dificuldade em garantir que os Programas da Orla Costeira são, de facto, transpostos para os Planos Diretores Municipais.

Quando a proteção costeira não condiciona de forma clara o licenciamento urbanístico, o risco climático passa a ser tratado como um detalhe administrativo. **E não o é. É uma questão de segurança pública, justiça ambiental e sobrevivência territorial.**

A LEI EXISTE. FALTA FAZÊ-LA CUMPRIR

7. Análise regional: uma costa inteira sob pressão

A vulnerabilidade da costa portuguesa não se distribui de forma igual, mas há problemas que se repetem em todo o território: erosão, falta de sedimentos, perda de dunas, pressão urbana, danos em infraestruturas, intrusão salina, conflitos de acesso público e respostas demasiado tardias.

Norte

No Norte, zonas como Espinho, Esmoriz, Cortegaça, Torrão do Lameiro, Furadouro, Ofir e Viana do Castelo revelam uma erosão antiga e persistente.

Em Espinho, o recuo médio da linha de costa foi de cerca de **5,2 metros por ano desde 1950**. Entre Esmoriz e Torrão do Lameiro, a degradação dunar e a perda de sedimentos mostram a fragilidade de uma costa onde o mar se aproxima cada vez mais de casas, acessos e estruturas de defesa.

A experiência do Norte deixa uma conclusão clara: **depois de décadas de artificialização, torna-se cada vez mais difícil proteger a costa apenas com muros, esporões e reposições de areia.**

**COSTA NOVA EM RECUO:
5,2 METROS/ANO PERDIDOS
DESDE 1950 E PREVISÃO DE
200 METROS ATÉ 2100**

Centro, Oeste e Vale do Tejo

O Centro, o Oeste e o Vale do Tejo concentram alguns dos casos mais críticos do país. A Ria de Aveiro e o cordão costeiro entre a Costa Nova, e Vagueira e Barra, assim como São Jacinto, Figueira da Foz, Buarcos, Cabo Mondego, Nazaré e São Pedro de Moel, revelam diferentes expressões da mesma crise.

Na zona de Aveiro, a erosão, a falta de sedimentos, a intrusão salina, a fragilidade das zonas húmidas e a pressão urbana ameaçam casas, terrenos agrícolas, aquíferos, acessos e ecossistemas lagunares.

Na Costa Nova, o recuo foi de cerca de **5,2 metros/ano** e poderá chegar aos **200 metros até 2100**. A erosão ameaça não apenas o areal, mas também o sistema dunar que protege as casas e as infraestruturas.

Na Figueira da Foz, a alteração da dinâmica sedimentar e a exposição urbana agravam o risco. Mais a sul, Nazaré, São Pedro de Moel e Cabo Mondego mostram que a crise não afeta apenas praias arenosas: arribas, plataformas rochosas e zonas urbanas próximas da linha de costa também estão expostas.

Grande Lisboa e Península de Setúbal

Na Grande Lisboa e na Península de Setúbal, a crise costeira combina erosão, risco urbano, perda de dunas, pressão turística, infraestruturas críticas, projetos imobiliários e conflitos de acesso público ao litoral.

A Costa da Caparica e São João da Caparica revelam a fragilidade de uma frente costeira densamente ocupada e artificializada. A destruição de dunas, a perda de areal e a proximidade do mar a estruturas de betão, reduzem a capacidade natural da praia para proteger o território.

No Estuário do Tejo, as zonas ribeirinhas e baixas de Lisboa, e dos concelhos vizinhos enfrentam riscos crescentes de inundação, intrusão salina e danos em infraestruturas.

Na Península de Setúbal, estes riscos somam-se à pressão imobiliária e turística. Grândola, Sesimbra,



EM CIMA. Furadouro.

© Pedro Armestre / Greenpeace

EM BAIXO. Praia de São Jacinto.

© Pedro Armestre / Greenpeace

Tróia, Comporta, Carvalhal, Melides e o Estuário do Sado mostram como a ocupação de zonas sensíveis, a fragmentação de habitats e as restrições de acesso público tornaram esta região um dos casos mais claros do conflito entre conservação, urbanização e acesso ao litoral.

Os casos de Grândola e Sesimbra revelam uma **falha estrutural**: existem normas e instrumentos de proteção, mas nem sempre são atualizados, transpostos para os planos municipais ou efetivamente fiscalizados. Assim, continuam a avançar decisões urbanísticas em zonas sensíveis e expostas ao risco.

BARREIRAS, ACESSOS

CONDICIONADOS E PRESSÃO

IMOBILIÁRIA PÕEM EM CAUSA

O ACESSO PÚBLICO AO LITORAL



Melides.

© Pedro Armestre / Greenpeace

Alentejo

A costa alentejana conserva alguns dos troços de maior valor natural do país, mas está sob pressão crescente. Entre Vila Nova de Milfontes e Odeceixe, e mais a norte, em Tróia, Comporta, Carvalhal e Melides, cruzam-se erosão, pressão turística, novos projetos urbanísticos e risco climático.

Mais a norte, em Tróia, Comporta, Carvalhal e Melides, a expansão turística e imobiliária, a ocupação de zonas sensíveis e os conflitos à volta do acesso público, mostram outra dimensão da crise costeira. Aqui, o problema não é apenas o avanço do mar, mas também a forma como o território continua a ser ocupado e explorado.

O Alentejo mostra que a crise costeira não se limita às áreas mais urbanizadas. Mesmo onde a ocupação parece menos intensa, a combinação entre novos projetos, erosão e agravamento climático, podem comprometer rapidamente sistemas mais frágeis.

Algarve

O Algarve enfrenta uma das situações mais críticas do país. A forte dependência económica do turismo cruza-se com uma ocupação urbana intensa, elevada pressão imobiliária e ecossistemas costeiros muito frágeis (das dunas e arribas às ilhas-barreira e zonas húmidas da Ria Formosa).

Da Praia de Faro a Quarteira, da Praia da Rocha a Albufeira e, de Tavira a Lagos, repetem-se os mesmos sinais: perda de areal, erosão, ocupação de zonas sensíveis e maior exposição a temporais.

Sem medidas urgentes, até **40% das praias algarvias** poderão desaparecer até 2100.

A alimentação artificial tem sido usada repetidamente, mas os temporais recentes evidenciam os limites desta resposta. Nas zonas de arriba, o risco de derrocada aumenta com a saturação dos solos, a agitação marítima e a pressão exercida sobre a base das falésias.

Sem praias, dunas e ilhas-barreira protegidas, o Algarve não perde apenas paisagem. Perde também a base económica e ambiental de que depende.

Madeira

Na Madeira, a exposição costeira assume características próprias. A orografia abrupta, a concentração de povoações e infraestruturas junto ao mar, a dependência do turismo e a vulnerabilidade a temporais, cheias rápidas e galgamentos tornam a adaptação particularmente exigente.

No Funchal, na Ponta do Sol, na Ribeira Brava, em Machico e no Porto Santo, os impactos assumem formas diferentes repetem-se os mesmos sinais: subida do nível do mar, perda de areal, instabilidade de arribas, danos em infraestruturas e pressão urbanística junto à costa.

Açores

Nos Açores, a crise costeira combina a subida do nível do mar, a acidificação oceânica, os temporais, a vulnerabilidade das infraestruturas costeiras, a ocupação urbana nas fajãs e impactos sobre ecossistemas únicos.

**NENHUMA REGIÃO FICA
DE FORA. DO CONTINENTE
AOS ARQUIPÉLAGOS, O RISCO
MUDA MAS A EROSÃO,
A OCUPAÇÃO DE ZONAS
FRÁGEIS E O ATRASO
NA ADAPTAÇÃO, REPETEM-SE**



Ilha do Porto Santo.

© Pedro Menezes / Greenpeace

Embora os riscos variem entre ilhas, existe uma vulnerabilidade comum: num território insular, o espaço disponível para recuar é limitado e a adaptação tem de começar antes de os danos se tornarem irreversíveis.

A acidificação oceânica e as ondas de calor marinhas já afetam ecossistemas sensíveis, incluindo corais negros, lapas, zonas intermareais e habitats marinhos de elevado valor ecológico.

8. Soluções para a costa

A resposta à crise do litoral português exige uma mudança de rumo. Continuar a reagir com muros, esporões, reposições artificiais de areia e obras de emergência, não chega.

Portugal tem de passar da defesa rígida da linha de costa para uma gestão estratégica do território costeiro. Isso implica reduzir emissões, travar novas ocupações em zonas de risco, restaurar ecossistemas, atualizar instrumentos de ordenamento, garantir fiscalização e planejar o recuo onde for inevitável.

- **Reduzir emissões.** Sem uma redução drástica das emissões, a subida do nível do mar, o aquecimento do oceano e a intensificação dos fenómenos extremos continuarão a agravar todos os riscos costeiros.
- **Proteger, restaurar e renaturalizar a costa.** Dunas, sapais, marismas, pradarias marinhas, zonas húmidas e sistemas lagunares são desfezas naturais. Protegem pessoas, armazenam carbono, reduzem o impacto das ondas, acolhem biodiversidade e tornam o território mais resiliente.
- **Reduzir a exposição ao risco.** É necessário usar cartografia atualizada, impedir construção em zonas vulneráveis, evitar reconstruções sucessivas em áreas repetidamente afetadas e planejar a realocação de infraestruturas quando a permanência deixou de ser segura.
- **Travar a urbanização em zonas frágeis.** É necessário rever planos municipais desatualizados, suspender licenciamentos em áreas sensíveis, remover barreiras que impedem ou condicionam o acesso público e assegurar transparência nos processos urbanísticos costeiros.
- **Garantir uma adaptação justa.** As comunidades costeiras, os pescadores, os mariscadores, os pequenos negócios, os moradores e os utilizadores tradicionais do litoral têm de ser ouvidos e protegidos. A adaptação não pode servir apenas interesses privados ou infraestruturas turísticas.

DA REAÇÃO À PREVENÇÃO.

MENOS OBRAS DE EMERGÊNCIA.

**MAIS NATUREZA, PLANEAMENTO
E ADAPTAÇÃO**

9. Conclusão

A destruição da costa portuguesa não é inevitável, mas está a acelerar. Portugal enfrenta uma crise climática, de ordenamento e de fiscalização. O mar avança enquanto continuam a ser autorizados projetos e ocupações em zonas que deveriam estar protegidas.

A subida do nível do mar, a erosão, a perda de areal, a instabilidade de arribas, a degradação das dunas, a intrusão salina e a destruição de zonas húmidas já se fazem sentir ao longo de todo o litoral, no continente e nas ilhas.

Muitas das respostas continuam presas ao passado. A alimentação artificial de praias, os muros e os esporões podem ganhar tempo em determinados locais, mas não resolvem o problema de fundo. Em muitos casos, limitam-se a adiar decisões difíceis e a aumentar os custos futuros.

A resposta tem de ser outra: travar a construção em zonas de risco, proteger o domínio público marítimo, restaurar ecossistemas, atualizar os instrumentos de ordenamento, reforçar a fiscalização, garantir transparência e preparar o recuo nas zonas onde permanecer deixou de ser seguro.

A costa portuguesa não é apenas um ativo económico. É memória, paisagem, biodiversidade, proteção natural, cultura, trabalho, lazer e identidade. Defendê-la exige coragem política, responsabilidade pública e respeito pelos limites da natureza.

A COSTA PRECISA DE DECISÕES ANTES DA PRÓXIMA TEMPESTADE

10. Exigências da Greenpeace

A Greenpeace exige uma mudança clara na forma como Portugal protege e gere a sua costa. É preciso passar da reação tardia à prevenção, da defesa rígida da linha de costa à gestão estratégica do território e da permissividade urbanística à proteção efetiva do interesse público.

1. Cumprimento efetivo da lei

Corrigir ou suspender a aplicação de normas municipais que não integrem devidamente os Programas da Orla Costeira e travar novos licenciamentos em zonas sensíveis ou de risco.

2. Moratória à construção em zonas de risco

Parar novos projetos turísticos, imobiliários e infraestruturas em áreas com risco de erosão, inundação, instabilidade de arribas ou perda de habitats costeiros, até existir uma avaliação de risco climático atualizada.

3. Restauro da natureza e soluções baseadas na natureza

Substituir, sempre que possível, obras rígidas e reposições artificiais recorrentes por recuperação de dunas, marismas, pradarias marinhas, zonas húmidas e corredores ecológicos.

4. Transparência e acesso público

Remover barreiras físicas que impeçam o acesso às praias e garantir a publicação clara, integral e acessível dos processos de licenciamento urbanístico costeiro.

5. Justiça climática e socioeconómica

Financiar a adaptação local, proteger comunidades e atividades tradicionais e aplicar o princípio do poluidor-pagador aos setores que mais contribuem para a crise climática e para a pressão sobre o litoral.

SUMÁRIO EXECUTIVO

DESTRUIÇÃO **a toda a costa**

**Retrato de um litoral português
em risco**

JULHO 2026

GREENPEACE

Este relatório foi produzido graças ao contributo de quem nos apoia e torna possível o nosso trabalho.
A Greenpeace é uma organização política e financeiramente independente, que não recebe
financiamento de empresas, governos ou partidos políticos.

Junta-te a nós em www.greenpeace.pt